

No Japão, receios com a Constituição.

As dificuldades que a futura Constituição possa vir a impor ao capital estrangeiro no Brasil foram a principal preocupação demonstrada pelos empresários japoneses que estiveram reunidos ontem, em Tóquio, com o ministro da Fazenda, Mafsson da Nóbrega. Também revelando preocupação quanto ao assunto ao falar a uma atenta platéia de aproximadamente 30 representantes das maiores empresas japonesas, na sede da **Keidanren** (Federação Japonesa das Organizações Econômicas), o ministro expôs os detalhes do plano econômico brasileiro, com destaque para o programa de conversão da dívida em investimento, uma de conversão que "será não apenas de investimentos, dizendo que ele ampliado, mas mantido mas possivelmente ampliado".

Segundo Mafsson prometeu aos empresários japoneses, "o governo irá agir para eliminar as extravagâncias, de modo que tenhamos uma Constituição que contribua para a modernização e não o atraso do País". Referindo-se particularmente ao tabelamento das taxas de juros em 12% ao ano, o ministro disse que "desde que o Brasil demonstre ser o único país do mundo com tal medida em sua Constituição, esforços serão feitos para acabar com tal excesso".

"Esperamos que desta vez a política econômica do governo brasileiro seja adequadamente executada", disse o dirigente do grupo **Mitsubishi Trading**, Yohei Mimura, um dos presentes. Já o presidente de uma das maiores empresas de comércio do

Japão, a **C. Itoh**, Seiki Tozaki, revelou a preocupação do empresariado japonês quanto ao apoio popular à política de austeridade do Brasil. Segundo Tozaki, os grandes grupos econômicos de seu país desejam saber se Brasília tem condições de pôr em prática as rigorosas medidas de austeridade interna que apresentou aos credores estrangeiros. A resposta de Mafsson: "Existem muitas pressões políticas e restrições aos sacrifícios necessários", exemplificando com as recentes manifestações dos funcionários públicos (que tiveram a URP congelada em abril e maio) e dos governadores com relação às restrições ao repasse de verbas aos Estados.

Ainda ontem, enquanto em Brasília representantes da poderosa **trading company** japonesa **Marubeni** (32 anos de Brasil e US\$ 400 milhões de exportações por ano) anunciavam que os investimentos japoneses no País vão depender integralmente das conversações que Mafsson mantém em Tóquio, o terceiro dia da visita do ministro ao Japão incluía também uma audiência com o vice-ministro das Relações Exteriores, Takujiro Hamada. De acordo com o ministro da Fazenda, Hamada informou de que o primeiro-ministro japonês Noboru Takeshita concordou em recebê-lo à tarde. Mafsson disse ainda desejar que as conversações de "altíssimo nível" com os empresários japoneses possam ter continuidade até o fim de sua estadia no Japão, que será encerrada amanhã, quando retorna ao Brasil.